
LUGAR DE GEOMETRÍA EN EL CURRÍCULO DE LA ESCUELA NORMAL MACEIOENSE

GEOMETRY PLACE IN THE CURRICULUM OF MACEIÓ NORMAL SCHOOL

Edlene Cavalcanti-Santos Mercedes B. Q. de C. P.-dos Santos***

Resumen: este artículo presenta un recorte de la tesis doctoral de Santos (2019) que investigó las matemáticas para la formación de docentes de la escuela normal, en particular: *la geometría como conocimiento profesional, (1860-1930)*. Aquí se presentan las influencias de las reformas, sus repercusiones en el Currículo de la Escuela Normal, los programas de Matemáticas en la formación de los normalistas y el lugar de la Geometría en este Currículo a partir de la legislación y las políticas educativas. El estudio reveló otro aspecto pedagógico de la enseñanza de la geometría; es decir, para que el alumno sea capaz de formar conocimiento geométrico más cercano al teórico, es necesario que trabajemos en el modelado del espacio físico hasta que alcancemos un nivel más teórico. En este proceso, uno de los conocimientos que se consideró necesario y prescrito para la formación de los normalistas calificados por la Escuela Normal de Maceió, futuros maestros públicos de primaria, fue, por lo tanto, la preparación teórica, metodológica y práctica para la enseñanza inicial de Geometría, que oscilaba entre los conocimientos para enseñar y el conocimiento para enseñar. Los estudios realizados consultaron las colecciones disponibles en los Archivos Públicos del Estado y la Biblioteca Pública de Alagoas, así como los documentos oficiales, revistas, libros de texto y programas de enseñanza que se encuentran en el Repositorio Institucional de la Universidad Federal de Santa Catarina. (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>).

Palabras clave: Escuela Normal, Geometria, currículo, Maceió.

Abstract: This article presents a cut of the doctoral thesis of Santos (2019) that investigated mathematics for the training of teachers of the normal school, particularly: *geometry as professional knowledge, (1860-1930)*. Here we present the influences of the reforms, their repercussions in the Normal School Curriculum, the Mathematics programs in the formation of the normalists and the place of Geometry in this Curriculum based on legislation and educational policies. The study revealed another pedagogical aspect of the teaching of geometry, that is, for the student to be able to form geometric knowledge closer to the theoretical one, it is necessary that we work on the modeling of physical space until we reach a more theoretical level. In this process, one of the knowledge that was considered necessary and prescribed for the training of

* Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas. E-mail. edlenecavalcanti@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2218-7753>

** Doutora em Educação matemática pela PUC-SP. Professora Associada da Universidade federal de Alagoas. E-mail: mbettacs@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-001-8895-333X>

the normalists qualified by the Normal School of Maceió, future public elementary teachers, was therefore the theoretical, methodological and practical preparation for teaching Initial Geometry, which oscillated between knowledge to teach and the knowledge to be taught. The studies carried out consulted the collections available in the State Public Archives and the Alagoas Public Library, as well as the official documents, magazines, textbooks and teaching programs found in the Institutional Repository of the Federal University of Santa Catarina. (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>).

Key Words: Normal School, Geometry, curriculum, Maceió.

1. Introdução

Esse artigo tem como objetivo descrever alguns aspectos sobre a Escola Normal maceioense, com destaque para a Geometria presente, tendo como área de pesquisa a História da Educação Matemática. A busca por esses trabalhos está inserida nas atividades iniciais da elaboração do projeto de tese para o doutorado, que tem como tema de partida a formação de professores para o ensino primário com o objetivo de discutir a Geometria presente, a partir da Escola Normal de Maceió. Ao estar imerso nas discussões, surgiu à proposta de investigação que buscou entender uma Geometria, posta no contexto da formação de professores da Escola Normal de Maceió, que atuariam no ensino primário.

Nessa intenção, se apresenta a partir de 1860, década da criação da referida Escola, uma construção historiográfica acerca da Geometria presente na Escola Normal de Maceió, por meio da exploração e reorganização de informações presentes em múltiplas fontes históricas e bibliográficas, com a finalidade de explorar a trajetória e as transformações da profissionalização docente, com foco nas discussões dos saberes elementares da matemática. Assim, busca-se inventariar alguns dos estudos sobre a Escola Normal, a partir dos trabalhos apresentados nos eventos que discutem a História da educação matemática no Brasil, que tem à frente o Grupo de História da Educação Matemática – **GHEMAT**. Entre as ações do grupo, que contam com pesquisadores em todo o Brasil, está a realização de encontros/eventos que promovem a divulgação das pesquisas na área.

2. A Escola Normal maceioense e a formação de professores primários

A institucionalização de Escolas Normais no Brasil se dá em muitas Províncias, pela criação inicial de um Curso Normal. São cursos instalados como anexos dos Liceus Provinciais. Eles são constituídos simplesmente por uma cadeira de Pedagogia adicionada ao currículo de formação geral.

Nessa perspectiva, o processo de formação de professores em Alagoas manteve algumas similaridades com o da maioria das províncias do Brasil, resguardando as suas devidas especificidades políticas, sociais, econômicas e culturais da época. Segundo Vilela [1] (p. 42), o presidente da província alagoana, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 1837 *insiste na ideia de enviar um professor à Corte para praticar o método Lancaster ou mútuo e, mais tarde, criar-se uma escola*

normal. No entanto, esse método em Alagoas não se propagou, pois com a ideia da criação da Escola Normal haveria uma preparação mais específica para o magistério [1, p.43].

Dessa forma, em relatório de 1840, o presidente da Província das Alagoas, João Lins Cansanção de Sinimbu, reconhecendo a inidoneidade dos professores para o exercício do magistério, julga ser necessária a criação de uma Escola Normal destinada à formação docente. Entretanto, as questões pontuadas pelos então presidentes desta Província, entre os anos de 1842 a 1860, revelam que pouco ou quase nada foi realizado pelos gestores provinciais para modificar e/ ou melhorar o setor educacional em Alagoas, em específico, à formação dos professores [2, pp. 24-25].

Assim, em 1864 a legislação da Província oficializa a criação da Escola Normal de Maceió, pela Resolução 424, de 18 de junho, sancionada pelo então vice-presidente Roberto Calheiros de Mello. Mello ressaltava que a instrução e a educação deveriam caminhar juntas. Essa Resolução era composta de 24 artigos, tratando do nº 1 a 18 e do 20 a 24, da diretoria da Instrução Pública, do ensino primário, etc. O artigo 19, que pela sua importância histórica, ora transcrevemos, é todo dedicado à Escola Normal:

Art. 19 – O Governo estabelecerá na capital uma escola normal de instrução primária em que se ensinarão, em curso de dois anos, o desenho linear e todas as matérias exigidas na presente lei para o ensino primário, além dos diversos métodos e processos de ensino, sua aplicação e vantagens comparativas.

§ 1º: A aritmética, geometria prática, gramática nacional e análise dos clássicos da língua portuguesa e as noções gerais de geografia e de história do Brasil serão ensinadas pelos respectivos lentes do Liceu, pelo que não poderão ter aumento de ordenado nem de gratificação. Todas as demais matérias serão ensinadas pelo professor da Escola Normal.

Nesse contexto, estava criada a Escola Normal em Alagoas, conforme Ata de criação, mas a sua instalação só aconteceu cinco anos depois da Lei de implantação. Cabe dizer que, inicialmente, a referida instituição funcionava em anexo ao Liceu Alagoano⁴² e de acordo com o regulamento, para ser admitido como aluno da Escola Normal o candidato deveria: *Ter, pelo menos, 16 anos de idade; provar, em exame, estar instruído em leitura, noções gerais de gramática nacional, escrita, e nas quatro operações aritmética sobre números inteiros*, [1, p.103].

3. O currículo de matemática na escola normal maceioense

O Curso Normal teria duração de dois anos e tendo como parte obrigatória o exercício prático sendo que, posteriormente, deveria apresentar *atestado de frequência, de aproveitamento da escola pratica e de boa conduta, passado pelo professor da dita escola* [1, p.104]. Ao concluir de maneira satisfatória os dois anos de Curso Normal, o aluno receberia o título de aluno-mestre.

⁴² Instituição inicialmente instalada em prédio antigo na Praça Matriz, hoje conhecida como Praça D. Pedro II.

Segundo o regulamento da Escola Normal de 26 de junho de 1869, o currículo do ensino da Matemática é abordado no segundo ano do curso na primeira cadeira com o estudo da aritmética, geometria e sistema métrico decimal. Por se tratar de um curso dividido em dois anos nos quais são duas cadeiras anuais, acreditamos que a carga horária destinada ao desenvolvimento dos saberes matemáticos seja de, no máximo, seis meses. No referido regulamento encontramos:

Art. 4º - O Curso Normal será completo em dois anos, sendo as matérias de ensino distribuídas na razão de duas cadeiras para cada ano, na forma seguinte:

1º ano: 1ª cadeira – Gramática nacional e análise dos clássicos

2ª cadeira – Desenho linear, caligrafia, método de ensino e suas vantagens comparativas, e catecismo.

2º ano: 1ª cadeira – Aritmética, geometria e sistema métrico decimal.

2ª cadeira – Noções gerais de geografia e história do Brasil, com especialidade a desta província. [1] (Regulamento da Escola Normal de 26 de junho de 1869, pp. 103-104)

Vilela argumenta que não tardou para se perceber a precariedade do currículo destinado a formação docente, tanto no número de disciplinas como no aprofundamento das áreas do conhecimento, visto que o objetivo era profissionalizar o aluno normalista. Em 1875, o diretor da Instrução Pública bel. Antônio Martins de Miranda em relatório ao presidente João Vieira de Araújo, declara:

Embora as matérias sejam as mesmas (do Liceu), o ensino daquelas (escola normal) tem de ser, por assim dizer, mais prático e aprofundado em suas especialidades, enquanto que destas (Liceu), mais teórico e geral, como preparatório para admissão nos cursos superiores do Império. [1, p.112].

Posteriormente, algumas reformas surgiram com a finalidade de reformular o ensino. Mas, é em 1888, que o presidente Dr. Antônio Caio da Silva promulga um novo regulamento para a Escola Normal, determinando que o referido curso passaria a ter duração de três anos sendo dois destinados aos estudos pedagógicos, e para a Matemática agora contemplaria apenas o estudo da aritmética e o sistema métrico decimal.

Os normalistas de cada ano do curso serão divididos em três turmas, cabendo a cada uma delas, a prática de ensino em dois dias por semana.

Os normalistas do 1º ano serão exercitados no ensino primário do 1º grau; os do 2º ano, no 2º grau e os do 3º ano no 3º grau. [1, p.133].

Subsequente, em 1906 pelo decreto 401⁴³, o Curso Normal se estende mais uma vez. Agora, ele passa a ser realizado em quatro anos tornando-se fundamentalmente prático. Dessa forma, o curso agora

⁴³ O Decreto nº401 foi promulgado em 26 de novembro de 1906 pelo governador do Estado o qual propõe novo regulamento para a instrução publica. Sua elaboração ficou a cargo do ex-diretor geral da instrução publica o Bacharel Manoel Balthazar Pereira Diegues Julior.

realizado em um período de quatro anos, apresenta diversas matérias distribuídas em nove cadeiras das quais duas correspondem ao ensino de Matemática: o estudo da aritmética (3ª cadeira) sendo realizado nos dois primeiros anos de curso e geometria prática (6ª cadeira) apenas no primeiro ano. Para além das disciplinas descritas nas nove cadeiras, o programa contempla as cadeiras de música, ginástica e trabalhos manuais, [3] (Arts. 112-113).

Ao longo da trajetória da Escola Normal em Alagoas, o exercício da prática de ensino sempre ocupou lugar de destaque na formação do professor primário, sendo assim, continuamente, buscava-se criar em anexo ao Curso Normal escolas modelos para que os normalistas pudessem exercer a prática pedagógica, pois, *a necessidade de se exercitarem os candidatos ao magistério na prática de ensino, levaram os idealizadores das escolas normais a sempre anexarem a estas uma ou mais escolas primárias*, [1, p.134].

É a partir do Decreto de nº 401 que a Escola Normal passa a se organizar e estruturar de maneira mais autônoma, passando a seguir regulamentação própria no que diz respeito ao corpo docente, currículo, concurso, fornecimento de cadeiras, entre outras determinações e normas. Ainda que o decreto tenha propiciado mudanças necessárias à estrutura do Curso Normal ele continuava funcionando em um anexo ao Liceu Alagoano, ou seja, não tinha prédio próprio.

[...] O Curso Normal aparece, pela primeira vez, individualizado: o Estado ministrará o ensino secundário, primário e *normal*. Do artigo 110 ao 171 dá-se nova estrutura ao ensino normal [...] Era o primeiro passo para a autonomia curricular e organização de uma verdadeira escola normal. [1, p. 166 - GRIFO DO AUTOR].

Com o Decreto de nº 601⁴⁴ o Curso Normal passa a condição de Escola Normal⁴⁵ do Estado de Alagoas com estatuto e prédio próprios.

E a partir do nome próprio, o citado regulamento, através de 11 capítulos e 115 artigos, condiciona todo um suporte administrativo-curricular para que a Escola exerça, plenamente, a sua maioridade, conseguida só agora, aos 43 anos de existência. [1, p.191]

Todavia, sua autonomia ainda levaria mais algum tempo até se concretizar, já que somente em 1913, quarenta e quatro anos após a sua fundação é que a Escola Normal se separa do Liceu Alagoano, mas ainda sem instalações próprias. Em 7 de outubro de 1937 é que é inaugurado o prédio da Escola Normal de Alagoas, [1].

Segundo Craveiro Costa [4, p.39] o Decreto nº 601 foi a melhor legislação do ponto de vista pedagógico por ampliar o curso para quatro anos visando um melhor preparo intelectual, moral e técnico dos candidatos ao magistério.

⁴⁴ O Decreto nº 601 foi promulgado em 11 de novembro de 1912 aprovando o novo regulamento da Instrução Pública Primária, Secundária e Normal.

⁴⁵ A primeira casa própria da Escola Normal se encontrava localizada à Rua João Pessoa.

Mediante a promulgação desse decreto a matriz curricular da Matemática sofre algumas alterações. A cadeira geometria prática é substituída pela geometria plana e álgebra. As matérias do curso foram distribuídas em dois grupos:

1º grupo – Português; Francês; Algebra e Geometria; Geografia Geral e do Brasil, especialmente do Estado de Alagoas, e elementos de Cosmografia; Historia da civilização e do Brasil, principalmente de Alagoas; Noções de Historia Natural, Higiene em geral e especialmente escolar; Elementos de Fisica e Quimica e Geologia; Pedagogia e Metodologia; Educação Moral e Civica.

2º grupo – Musica; Caligrafia e Desenho; Trabalhos manuais e economia domestica para o sexo feminino; Trabalhos manuais para o sexo masculino: Ginástica para ambos os sexos. [4, p. 39-40].

Craveiro Costa salienta o importante papel desenvolvido pelo Diretor da Instrução Pública, o Dr. Alfredo Rego, para superação dos desafios impostos a formação dos professores primários em Alagoas. Segundo ele, [...] *a Escola Normal uma instituição destinada a preparar profissionais do ensino, a tecnica especial dessa profissão devia merecer toda a atenção do corpo docente*, [5, p.54].

É importante salientar que durante esse período as Revistas de Ensino tinham grande representatividade na formação dos professores, muitas vezes funcionando como verdadeiros manuais de ensino.

3. O lugar da Geometria na formação de professores da Escola Normal maceioense

Nessa direção, a organização das disciplinas e dos programas de matemática para a Escola Normal possuía mão dupla, havia as disciplinas que instruíam os normalistas numa Matemática para sua formação geral, idêntica à do Liceu alagoano, e que não parece pautada nas necessidades do professor primário para ensinar os conceitos geométricos aos seus alunos. Especificamente para o ofício que os normalistas são preparados, há a aritmética e a Geometria para ensinar nas escolas primárias, trabalhadas nas aulas de Metodologia e Prática de Ensino, onde as lições dessas matérias na Escola Normal são propostas de acordo com os programas da escola primária, de acordo com as orientações advindas do Decreto n. 401 – de 23 de novembro de 1906 e o Plano de Ensino para a Escola Normal.

Embora houvesse ações no sentido de orientar os professores para a sua prática, como a publicação da Revista *Pedagogium Alagoano* (1892), que trazia orientação para os professores, estes precisavam mais do que algumas orientações sobre como ensinar os conteúdos que seriam *cobrados* nesses exames, em especial, a Geometria. A Revista do Ensino *Pedagogium Alagoano* (1891-1892), amparada pelo Orgam do *Pedagogium alagoano*, de publicação quinzenal, foi instalada sob o Decreto n. 89, de 12 de março de 1891, e publicada em 15 de março de 1891. Uma das orientações propunha, que a Revista deveria ser dirigida por uma comissão de redatores, nomeada pelo diretor da Instrução Pública, d'entre os professores públicos e particulares de reconhecida habilitação, e publicada no dia

15 de cada mês. Assim, o *Pedagogium*, como era conhecida, era elaborada pelos intelectuais alagoanos, Francisco Domingues da Silva, Ignacio Joaquim da Cunha Costa e Joaquim Ignacio Loureiro, que versavam orientações para a sala de aula sobre o curso primário e sua aplicação. Formatado em volume único, contém o periódico, doze Revistas de Ensino, no período de maio de 1891 à abril de 1892, e trazia as instruções necessárias à época sobre a organização do ensino primário e sua administração, [6, pp. 2-6]. O projeto de proporcionar ao magistério alagoano temas relacionados a educação sempre foram muito discutidos por intelectuais alagoanos, [4, p.122].

Quanto ao ensino da Geometria para o curso primário, a Revista publica o Decreto de n.24 de 21 de junho de 1890 na parte que tornou obrigatório para o ensino primário, a seguinte instrução, em seu Art. 1º - O estudo de Geometria. Além disso, há tendências em que os professores vão dos estudos das linhas às superfícies dos sólidos e em seguida às figuras planas. Ainda sobre o curso primário e sua aplicação, em seu Art. 04, a Revista enfatiza sobre o Método intuitivo, lições de cousa e suas aplicações, ciencias phisicas e naturaes. Quanto à metodologia de ensino, sugerida aos docentes, estava baseada na apresentação do conteúdo e, em seguida, na aplicação de exercícios como forma de avaliação, [6, p.9]. *O periódico era destinado a oferecer ao público e aos professores os meios de instrução profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores Methodos e do material de ensino mais aperfeiçoado constituindo-se, centro impulsor dos melhoramentos de que carece a educação nacional* (Art. 10, p. 2. *Pedagogium*, n. 1).

Sobre os Programas, destacamos a Revista de Ensino 1928, [7, n.8, p.41], traz o artigo *Programmas da Escola Normal*. Observou-se que, há uma especificidade com relação ao Programma designado ao Curso Normal; nele, se propõe que os conteúdos matemáticos previstos para o curso do 1º ao 4º ano são listados sem indicações metodológicas para o trabalho; para o primeiro e segundo ano não fazem referência ao estudo da matéria Geometria, apenas no 3º ano traz os conteúdos a serem estudados, apresentados a seguir, [7, p.49].

Geometria Plana

1 – Preliminares indispensáveis ao estudo da Geometria: corpo; extensão; volume; superfície, linha e ponto. Objecto da Geometria, sua divisão.

Geometria da Linha

- 2 – A linha e suas espécies: Linha em Geral. Diversas espécies de linha.
- 3 – Da linha recta em relação a direcção.
- 4 – Posições relativas das linhas: linha recta. Circunferência.
- 5 – Ângulos e suas espécies.
- 6 – Variação angular.

Geometria da Superfície

- 7- A superfície e suas espécies. Superfície em Geral. Diversas espécies de superfícies.
- 8 – Polygonos: Polygonos em Geral. Triângulos. Quadriláteros. Número de diagonais de

um polígono. Decomposição de um polígono em triângulos. Soma dos ângulos interiores do polígono. Valor de um ângulo interior. Soma dos ângulos exteriores. Valor dos ângulos centrais.

9 – Círculo e suas partes: Círculos. Partes do círculo.

Em seguida o Programa apresenta ainda **Estudo Complementar**, com a seguinte distribuição de conteúdos, (Revista de Ensino, 1928, p. 49-50).

10 – Medida das linhas: Da linha recta. Da linha quebrada. Da linha curva. Da circunferência. Divisão da circunferência.

11 – Medida dos ângulos.

12 – Medida dos polígonos: Do triângulo. Do quadrilátero. Do polígono regular. Casos particulares. Do polígono irregular.

13 – Medida do círculo e suas partes: Do círculo. Partes do círculo.

Geometria no Espaço

14 – Preliminares: Combinação de Planos. Ângulos diedros e ângulos poliedros.

Geometria do volume

15 – O volume e sua classificação.

16 – Poliedros: Poliedros em geral. Poliedros regulares. Prismas. Pirâmides.

17 – Corpos redondos: Corpos redondos em geral. Cilindro. Cone. Esfera. Partes da esfera. Partes da superfície da esfera.

Estudo Complementar

18 – Medida dos poliedros.

19 – Quadratura: Poliedros regulares. Prismas. Pirâmides. Cilindro. Cone. Esfera. Partes da superfície da esfera.

20 – Cubatura: Poliedros regulares. Prismas. Pirâmides. Cilindro. Cone. Esfera. Partes da esfera.

Nesse contexto, o ensino de Geometria proposto no Programa é bastante extenso como se observa. Trabalha-se com as classificações, nomenclaturas e relações das figuras geométricas, partindo das superfícies planas, formas sólidas geométricas, para uma geometria no espaço e do volume. Para Valente, [8, p.6], observando a forma como os conteúdos programáticos estão detalhados na programação do curso, é possível verificar que a lógica de organização pode estar assentada em matrizes teóricas distintas, ou seja, naquela da Matemática a ensinar (matriz da Ciência de Referência) como na Matemática para formar professores (matriz das Ciências da Educação). Na primeira, a condução do ensino assume um caráter dedutivo; na segunda, indutivo. Para o autor,

O programa contém uma programação; isto é, uma graduação, de acordo com uma visão e finalidade da escola, com uma metodologia, com uma postura do professor em relação ao aluno; uma programação que atende às aulas, ao número delas, a um dado ano ou semestre letivo etc. Esse saber, configurado

numa programação de ensino tenderá a estar presente, de modo mais sistematizado, nos livros didáticos, nos manuais pedagógicos. Assim, uma programação expressa uma graduação, um movimento de progressão que deve ser dado ao ensino e no modo de como deverá caminhar essa graduação – o seu método, [8, p.6].

Dessa forma, para o ensino da Geometria do Programa da Escola Normal são indicados os livros: Lições de Geometria Prática de Laudelineo Freire. Curso de Geometria de Timoteo Pereira. Segundo a Revista, [7, p.50], o professor desta matéria era Dr. Francisco José dos Santos Ferraz. Com relação à metodologia adotada nas aulas de Geometria pelo Professor Francisco Ferraz, não se encontrou até o momento orientação alguma sobre como as alunas estudavam as demonstrações e construções geométricas, assim como elas desenvolveriam essa prática pedagógica em suas futuras salas de aula.

4. Conclusão

Sem a pretensão de encerrar as análises realizadas sobre a Geometria ofertada na Escola Normal Maceioense, primeira instituição pública de ensino na formação de professores de Alagoa, reuniu-se esforços sobre os documentos legislativos educacionais disponíveis para orientação do ensino de Geometria na Escola Normal maceioense. Por meio da leitura e análise desses documentos se procurou verificar como as mudanças nas normativas para o ensino da Geometria foi apresentada aos professores nas diretrizes transmitidas. De modo geral, o estudo revelou uma compreensão dos aspectos históricos da Educação Matemática em Alagoas, de modo que, pode-se compreender o currículo da Matemática referente ao processo de institucionalização da Geometria, a fim de caracterizar esses saberes propostos na formação de normalistas maceioenses.

Nesse contexto, foi possível verificar que os Programas de ensino especialmente o de 1928, e as orientações publicadas nas Revistas de ensino (1891-1892-1927-1928) recomendavam o uso de objetos, como palitos e tornos, para o ensino dos conteúdos matemáticos, principalmente no que diz respeito à contagem, operações e sistema de medidas. As operações ou exercícios práticos são comumente citados e dão ambiguidade de sentido, podendo se referir a exercícios objetivos ou então aqueles realizados na prática, com auxílio de materiais. Observa-se ainda a presença de problemas, que podem ser considerados como o ponto que liga os conteúdos matemáticos com a realidade.

Dessa forma, interessa saber que, os Programas das matérias que eram ministradas na Escola Normal de Niterói e seguida por outras em todo país, em muito se assemelhavam aos conteúdos exigidos pelos concursos públicos, que por sua vez se assemelhavam aos conteúdos da escola primária, observada em nossas análises referentes à Escola Normal maceioense. Por outro lado, a variedade de disciplinas e saberes propostos em seu currículo foi alvo de discussões quanto a sua relevância e necessidade para a formação dos mestres.

O estudo revelou que, de um lado, estão a matriz curricular, as disciplinas, a organização do ensino para a formação do professor, expressos nas diferentes leis e decretos que parametrizam o ensino

alagoano no período. Neles, estão presentes os ensinamentos de aritmética, álgebra e Geometria constituindo conteúdos de referência, que parecem permanecer imutáveis na formação do magistério primário em Alagoas, pelo menos até a década de 1930. De outro lado, estão as metodologias. Seu lugar privilegiado são as escolas de prática, as escolas modelo. O *como ensinar* aparta-se do *o quê ensinar* nos Cursos Normais. Prima-se pela formação geral do professor, com um currículo enciclopédico, que vá capacitá-lo aos ensinamentos através de estágios práticos. Diante do exposto, depreendemos que Alagoas sempre buscou avançar na formação do corpo docente visando assim, alcançar melhorias na qualidade do ensino ofertado.

Agradecimentos:

Obrigada ao Grupo Associado de Estudos e Pesquisas sobre a História da Educação Matemática Nacional **GHEMAT** – BRASIL, sob a liderança do Professor Dr. Wagner Rodrigues Valente, Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática do Estado de Alagoas – **GPEM** sob a liderança das Professoras Dra. Mercedes Carvalho, Edlene Cavalcanti (Sub-líder) e a Universidade Federal de Alagoas da qual somos vinculadas, conforme figura 1 dos estudos realizados.



Figura 1. Professoras vinculadas, Universidade Federal de Alagoas. **Fonte:** a autoras

Referências

- [1] H. Vilela, *“A Escola Normal de Maceió (1869 – 1937)”*. Maceió: Edufal, 1982, p. 75; p. 92-96.
- [2] A.M.C. Melo. *“Discurso. Maceió: [s.n.], 1846*, p. 24 – 25. Fala à Assembleia Provincial Alagoas, pelo [...] presidente da província, em 15 de março de 1846.
- [3] DECRETO Nº 401 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1906; 424 de 18 de junho 1864. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122474> Acesso em: 30 de dezembro de 2015.
- [4] C. Costa. *“A instrução pública e instituições culturais de Alagoas. Maceió”*. AL: Imprensa Oficial, 1931.

- [5] REVISTA DE ENSINO, 1927, Anno I, nº 6, nov./dez. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135356> Acesso em: 30 de dezembro de 2015.
- [6] REVISTA DO ENSINO (PEDAGOGIUM ALAGOANO). Maceió Instituto A e G. Alagoano, 1891-1892, p. 9. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135359> Acesso em: 30 maio 2018.
- [7] REVISTA DE ENSINO, 1928, Anno II, nº 8, mar./abr. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135359> Acesso em: 30 de dezembro de 2015.
- [8] W.R. Valente, "A Matemática na Formação do Professor do Ensino Primário". São Paulo, 1875-1930. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2017. v.1. p.132.



V CONGRESO IBEROAMERICANO DE
HISTORIA DE LA EDUCACIÓN MATEMÁTICA 2019

